

ALGUMAS SIMILARIDADES E DISTINÇÕES FONOLÓGICAS ENTRE O PORTUGUÊS E O ESPANHOL E SUAS IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS

SOME PHONOLOGICAL SIMILARITIES AND DISTINCTIONS BETWEEN PORTUGUESE AND SPANISH AND THEIR DIDACTIC IMPLICATIONS

Larissa Karen Gomes Almeida¹
Regina Vitória Lira Cavalcante²
Michelle Soares Pinheiro³

Resumo: Este artigo focaliza as similaridades e discrepâncias fonológicas entre o português e o espanhol, considerando as implicações pedagógicas dessa conexão para o ensino do português como segunda língua, especialmente em relação aos falantes nativos do espanhol. Utilizando-se de uma abordagem qualitativa e embasada em uma extensa revisão bibliográfica de autores especialistas, como Coutinho (1976) e Sáez *et al.* (2002), dentre muitos outros, o estudo contempla uma perspectiva histórica e fonológica das duas línguas. Embora o português e o espanhol compartilhem uma origem comum no latim e apresentem pontos de convergência fonológica que facilitam o processo de aprendizado, existem também dissonâncias significativas – como a presença de vogais médias abertas, a variação na pronúncia das consoantes e o fenômeno da monotongação de ditongos – que não coincidem em ambos os idiomas e podem representar uma barreira importante para docentes e discentes em dados momentos. Tais particularidades, muito frequentemente, impõem exigências metodológicas específicas que ultrapassam os recursos didáticos tradicionais e demandam uma abordagem diferenciada e contrastiva no ensino do português que nem sempre é utilizada. Concluímos que o percurso histórico dessas línguas e suas evoluções distintas ao longo dos séculos moldaram estruturas fonológicas que incidem diretamente sobre o ensino-aprendizado do português como segunda língua.

Palavras-chave: Fonologia; Português; Espanhol; Ensino de Segunda Língua; Abordagem Contrastiva.

Abstract: This article focuses on the phonological similarities and discrepancies between Portuguese and Spanish, considering the pedagogical implications of this connection for the teaching of Portuguese as a second language, especially in relation to native Spanish speakers. Using a qualitative approach and based on an extensive bibliographic review of specialist authors, such as Coutinho (1976) and Sáez *et al.* (2002) among many others, the study contemplates a historical and phonological perspective of the two languages. Although Portuguese and Spanish share a common origin in Latin and present points of phonological convergence that facilitate the learning process, there are also significant dissonances – such as the presence of open-mid vowels, the variation in the pronunciation of consonants and the phenomenon of monophthongization of diphthongs – that do not coincide in both languages and can represent an important barrier for teachers and students at certain times. Such particularities very often impose specific methodological requirements that go beyond traditional teaching resources and demand a differentiated and contrasting approach to teaching Portuguese that is not always used. We conclude that the historical path of these languages and their distinct developments over the centuries have shaped phonological structures that directly affect the learning of Portuguese as a second language.

Keywords: Phonology; Portuguese; Spanish; Second Language Teaching; Contrastive Approach.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

¹ Licencianda em Letras Língua Portuguesa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista CNPq no Projeto de Pesquisa “Literatura, Gênero e Psicanálise” (LIGEPSI), da UFPB. *E-mail:* larissa.karen@academico.ufpb.br.

² Licencianda em Letras Língua Portuguesa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista CNPq no Projeto de Pesquisa “Literatura, Gênero e Psicanálise” (LIGEPSI), da UFPB. *E-mail:* regina.lira@academico.ufpb.br.

³ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). *E-mail:* michelle.pinheiro@ifce.edu.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto de estudo deste artigo é a língua relacionada aos recursos fonológicos, utilizada em prol do ensino do português para pessoas nativas de fala espanhola. Tencionamos analisar algumas aproximações e afastamentos fonológicos entre o português e o espanhol e suas interferências no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para esses usuários estrangeiros específicos.

O tema abordado é baseado em leituras sobre a dificuldade de se ensinar o nosso idioma para nativos do espanhol, pois normalmente utiliza-se com eles o mesmo método de ensino que é aplicado ao ensino da Língua Portuguesa para os usuários nativos desta língua. Essa aplicação não adaptada prejudica os aprendentes, pois não respeita seu desconhecimento acerca de algumas peculiaridades que aproxima, e, principalmente, de algumas que afastam fonologicamente ambos os idiomas.

Portanto, avaliamos que é indeclinável a aplicabilidade de um modo específico para se trabalhar as dificuldades de cada língua, com suas diversas particularidades, quando se está ensinando o nosso vernáculo como uma segunda língua a falantes de uma língua latina – no caso em tela, a Língua Espanhola. Vale destacar que, segundo Coan e Pontes (2013), existem ainda as variedades linguísticas da Língua Espanhola que interferem diretamente no ensino das competências comunicativas. No entanto, neste artigo, não nos aprofundaremos neste aspecto sociolinguístico que foge ao nosso escopo. Centrar-nos-emos no objetivo aqui proposto.

Partindo-se desse pressuposto, esclareceremos o quão importante é entendermos essas similaridades e diferenças que apresentaremos no âmbito fonológico para que, de certa maneira, possamos trabalhar em busca de uma solução, e que a partir das questões apresentadas, possamos chegar a uma forma didática do ensino do português como segunda língua que se apresente mais interessante ao alunado, mais atrativa e eficaz e, *pari passu*, mais simplificada, para que essa lacuna do ensino consiga ser preenchida.

Além disso, visamos abordar alguns fatos históricos entre os dois idiomas, haja vista que ambos são provenientes do latim, e almejamos igualmente observar e entender o funcionamento conjunto dessas duas línguas, e assim desvendar qual o impacto que essas questões históricas e fonológicas causam no contexto educacional em relação ao ensino do português como segunda língua.

Desta maneira, estes passos estão expostos no “Marco Teórico” e, a seguir, nos “Resultados e Discussão” – seções que seguem a próxima, que é a de metodologia, a qual aqui denominamos de “Percurso Metodológico”.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação e na concretização desta por meio do presente artigo concentram-se em pesquisas bibliográficas acerca da perspectiva fonológica do português, do espanhol e de outras variedades linguísticas das respectivas línguas, que foram desenvolvidas a partir de estudos apoiados no artigo *Análise contrastiva do português e do espanhol: aspectos fonético-fonológicos* (2012), de Georgia Caminada Campello; em passagens do livro *Preconceito Linguístico* (2015), de Marcos Bagno; no livro *Nociones de fonética y fonología para la práctica educativa* (2002), de Fernando Trujillo Saéz *et al.*; e na perspectiva do ensino do português para nativos hispânicos sustentada no artigo *Estudios Lingüísticos* (1966), de Aryon Dall’Igna Rodrigues, dentre outros.

Ademais, esta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, ou seja, explica os fatos históricos das duas línguas baseados nos livros *História do Português* (2019), de Carlos Alberto Faraco, e *Gramática Histórica* (1976), de Ismael de Lima Coutinho, sobre o contexto da Fonologia e acerca da deficiência didática no ensino de uma segunda língua a falantes nativos de outra realidade.

Por último, trataremos sobre o ensino atual da Língua Portuguesa como segunda língua para hispanofalantes, a fim de oferecer sugestões para a simplificação do ensino-aprendizagem deste idioma.

Em suma, esta é uma pesquisa de natureza básica e de objetivo exploratório.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Raízes históricas – de onde vêm; o que une e o que separa estas duas línguas irmãs

Conforme Coutinho (1976), o português e o espanhol são idiomas que se desenvolveram na Península Ibérica de maneira independente um do outro. Ambos são línguas românicas e descendem do latim. Na época em que a Língua Latina chegou à Península Ibérica, por meio da política expansionista do Império Romano, a região ficou conhecida por *Spaniae* e, a seguir, *Hispania*, a qual sofreu grande pressão em todos os aspectos e foi colonizada pelos romanos durante 700 anos.

Ao final desse processo de subjugação, com o Império enfraquecido inclusive devido a sua vasta extensão – o que fazia com que o controle total sobre os povos dominados se tornasse impraticável –, outros povos – ditos bárbaros – passaram a dominar as províncias romanas com ou sem resistência dos subalternizados, e conforme a Península Ibérica foi sendo dividida

em diversos reinos medievais, cada um deles foi desenvolvendo, de forma lenta mas contínua, o seu próprio idioma e a sua própria cultura, mas sempre com a mesma base linguística: a latina. A exceção é o euskera, o basco, uma língua cujas raízes são controversas e em nada semelhantes ao latim ou a qualquer outra língua falada no planeta então e desde então. É, nas palavras de Coutinho (1976), a única língua não indo-europeia da Europa Ocidental e uma das mais antigas do continente.

Aqui é importante fazer um adendo para explicar como o latim acabou sendo espreado e chegou a tal ponto essa dispersão que de um idioma, originaram-se dez. A princípio, a Língua Latina era falada no Lácio, região localizada perto de Roma. Com a ascensão do Império Romano no cenário geopolítico do século V, o poder de Roma expandiu-se paulatinamente por parte do mundo conhecido naquele momento e contexto: entre 27 a.C., com a coroação de Otávio como imperador, tendo um ponto culminante em 476 d.C. – com a deposição do imperador Rômulo Augusto pelo rei Odoacro, germânico, instaurando o fim do Império Romano do Ocidente –, e finalizando em 1453, com a Queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente.

Ainda de acordo com Coutinho (1976), o latim falado pelos militares⁴ não era a vertente culta de Cícero e Tácito, mas o latim vulgar, popular, que tinha usuários iletrados – e, por conseguinte, era impregnada de falhas semânticas e sintáticas importantes, assim como falhas consideráveis de pronúncia. Estas foram se cristalizando, normalizadas pelo uso constante, e acabaram aderidas como “corretas” ao sistema linguístico dos dez idiomas que nasceram a partir desse latim vulgar.

Por outro lado também, a proximidade dos militares de Roma com os invasores às suas terras – povos que nem sempre eram violentos e que viviam nas fronteiras e dentro do próprio Império –, as trocas linguísticas para fomentar a comunicação bilateral resultou em uma descaracterização do latim vulgar original, que já não era puro, e se tornou bastante mais distante da norma culta da língua. Percebia-se claramente que ali haviam dois idiomas, por assim dizer: o latim falado pelos eruditos e o latim falado pelo vulgo.

A depender do local em que os soldados estavam estabelecidos, onde certos agrupamentos de “bárbaros” falavam um dado idioma, foi-se esgaçando essa vertente mais popular da língua, que foi incorporando elementos das línguas com as quais a soldadesca entrava em contato. Com o passar do tempo, esse processo foi se aprofundando em sentido macro, pois à luz de Faraco (2019), apesar de o maior império do mundo haver sido o mongol (1206-1368) e termos tido impérios igualmente poderosos como o carolíngio (800-888), o egípcio (3.100 a.C. - 30 a.C.) e o

⁴ Os atores sociais que realmente se movimentavam dentro do perímetro do Império e verdadeiramente tinham contato com outros povos (colonizados ou não) de maneira mais próxima.

inglês (quando do reinado de Elizabeth I, de 1558 a 1603, e de Elizabeth II, de 1952 a 2022), sem contarmos com o estadunidense (desde o início do século XX), automaticamente, até hoje, a grandiosidade de um governo expansionista – e iconoclasta – é ligada ao poder exercido por Roma sobre grande parte do mundo de outrora, quando apenas a Europa, a África e a Ásia eram conhecidas. As Américas somente seriam “descobertas” no século XVI, com as Grandes Navegações, assim como a Antártida, em 1768, e a Oceania, em 1770 – oficialmente.

Ao final de um processo que durou quase cinco séculos – *pari passu*, o tempo que também durou o Império Romano do Ocidente –, o latim acabou diluído em dez idiomas: português, francês, espanhol, italiano, catalão, galego, romeno, provençal, sardo e rético (ou romanche). Diluído, mas não extinto, pois é a língua oficial do Vaticano (Faraco, 2019).

Na Alta Idade Média, em consonância com Coutinho (1976), a Península Ibérica foi invadida por muçulmanos vindos do norte da África, que permaneceram entre lusitanos e hispânicos por aproximadamente 800 anos. Entre meados e o final dessa estadia – em um momento da História quando cristãos, judeus e muçulmanos viviam em relativa harmonia nos territórios da península –, houve o processo chamado de *Reconquista* por parte dos reis católicos (Fernando II, de Aragão, e Isabel I, de Castela, que reinaram de 1475 a 1504, na chamada Monarquia Católica, a partir da junção de seus reinos por meio do casamento).

Os reinos do norte da Espanha, pouco a pouco, foram expulsando os africanos, empurrando-os para o Sul, rumo à Andaluzia. Mas não somente: em 1492, os reis católicos baniram da Espanha os judeus e os muçulmanos. Nessa dinâmica de conquista e reconquista, novos reinos surgiram e solidificaram-se e os idiomas neles falados propagaram-se, mesclando-se uns com os outros ou influenciando e sendo influenciados uns pelos outros – em sua maioria (Coutinho, 1976).

Uma das províncias da região noroeste da Espanha era a então Galécia (*Gallaecia* ou *Callaecia* em latim), onde se desenvolveu o Reino da Galiza. A partir do latim vulgar ali falado, originou-se o galaico-português ou galego-português na Alta Idade Média, uma língua românica que começou a se espalhar na região que era chamada de *Condado de Portucale* e que posteriormente denominou-se Reino de Portugal (Faraco, 2019).

Ainda de acordo com Faraco (2019), o século XV, momento em que o português já havia se desenvolvido, se distinguido e se desprendido do galego-português, o Reino de Portugal, o primeiro Estado Moderno a ser formado na Europa, começou a espalhar e impor o seu idioma pelo mundo através das Grandes Navegações – que tiveram início no século XV, mas ganharam impulso no século XVI –, nas quais Portugal foi precursor, em muito devido ao seu poderio econômico.

Com a América sendo disputada pelos ibéricos, o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 1494, por Portugal e Espanha, mas beneficiou claramente esta em detrimento daquele, uma vez que Portugal restringiu sua exploração a uma única colônia e a Espanha o fez com o que lhe coube: as 19 colônias que formou no “Novo Mundo” e para onde levou – igualmente como Portugal o fizera – sua língua, costumes, vestuário, culinária, tradições e lendas (Coutinho, 1976).

Somado a essa significativa perda, o idioma que se tornou predominante na Península Ibérica foi o castelhano, do Reino de Castela (o maior e mais poderoso de todos os reinos da Espanha), que é o idioma que costumamos chamar de “espanhol”. Sendo assim, os castelhanos impuseram a sua hegemonia sobre os aragoneses e sobre as línguas, culturas e histórias dos outros reinos peninsulares espanhóis, mas não sem resistência destes – pelo contrário. A verdade é que, conforme Faraco (2019), até hoje, passados tantos séculos, a Catalunha e o País Basco ainda lutam por sua independência e separação do resto da Espanha; mas não somente: a Galiza também luta por ideais políticos e linguísticos que a unem a Portugal e ao mundo lusófono e a afastam dos hispanofalantes.

Consoante Faraco (2019), essa imposição do castelhano sobre as outras línguas faladas no Reino da Espanha, que gerou insatisfação e insurreições ao longo da História, não foi mitigada pelo tempo, mas intensificou-se bastante no século XX, quando durante a ditadura de Franco (1939-1975), um galego de Ferrol, ficou terminantemente proibido falar outras línguas em território nacional que não fosse o castelhano. Então, os outros idiomas ali falados (o galego, o catalão, o basco, o aranês, o asturiano e o aragonês) ficaram restritos aos ambientes doméstico e rural até ganharem propulsão após a morte do *Generalísimo*. O resultado dessa asfixia compulsória e tentativa de glotocídio imposto à revelia resultaram em tensões linguísticas e culturais dentro da Espanha até o dia de hoje – impensáveis para quem não conhece mais de perto esses meandros e bastidores da História Espanhola.

A exemplo disso, como posto acima, o movimento de luta pela separação da Catalunha, província autônoma que fica localizada na região nordeste da Espanha, tem chamado muito a atenção nos últimos tempos. Isso porque o desejo pela independência do território é baseado em uma forte autonomia política e econômica, sendo essa uma das regiões mais desenvolvidas da Europa em termos financeiros (Moreira, 2020). Além da autossuficiência, há um grande impasse em relação aos catalães e espanhóis – principalmente na questão idiomática –, haja vista que a Catalunha possui a sua própria cultura, o que inclui o fato de também possuir a sua própria língua. Esses aspectos tornam ainda mais vigorosa sua tensão com as demais regiões espanholas.

A título de informação adicional, aclaramos que a “consolidação” de uma “nação” catalã deu-se no momento em que a Coroa Espanhola agregou ao Reino de Castela a região Aragão-Catalunha. Os valores ali nascidos e fomentados, juntamente com fatores outros, como a língua e o sentimento de pertencimento ao rincão de origem, fizeram dos catalães um povo orgulhoso de sua história e de sua trajetória nela. Com os bascos, deu-se igual processo, claro que afora algumas idiosincrasias.

Atualmente, na região da Galiza, onde nasceu o galego-português, fala-se galego e castelhano; não se fala o português oficialmente, ainda que esta seja uma das línguas oficiais em algumas Instituições galegas como a Universidade de Santiago de Compostela (que aceita, em seus documentos oficiais, além do galego, o castelhano, o português e o inglês). Assim como na Catalunha e no País Basco, existe ali um fortíssimo movimento linguístico lusófono que busca a inclusão dessas duas línguas irmãs: o português e o galego.

Como Portugal já era um reino unificado quando a Espanha deu início às unificações de coroas na Península Ibérica, o reino português não fez parte dessa revolução linguística, fato que manteve os dois idiomas separados. Caso contrário, o português seria um idioma muito menor e talvez tivéssemos, atualmente, como nosso idioma oficial, além da Língua Brasileira de Sinais, o espanhol, – especialmente porque grande parte da América do Sul é de ex-colônias espanholas. Em nisso falando, quando ainda éramos colônia de Portugal, sofríamos constantes invasões por outros povos europeus – espanhóis, franceses, ingleses e holandeses eram alguns deles. Aqui, até meados do século XVIII, consoante Coutinho (1976), falava-se a Língua Geral (uma mescla do português europeu com algumas línguas indígenas), que servia para a comunicação entre invasores e invadidos e era usada para o comércio e a catequização, mas que foi banida pelas Reformas Pombalinas entre 1750 e 1777. A partir do final dessas reformas, ficou estabelecido pela Coroa que apenas o português fosse o idioma falado no Brasil.

Contudo, como o português brasileiro vem sofrendo diversas modificações ao longo dos últimos 524 anos, haja vista que a língua teve contato e influência também de várias outras regiões do mundo por meio dos imigrantes que aqui aportaram – especialmente nos ciclos econômicos do ouro, da borracha e do café –, esse português brasileiro se distingue em inúmeros aspectos do português europeu, assim como ambos se distinguem do espanhol, apesar de suas similaridades serem incontestáveis.

Tendo apresentado esse percurso histórico dos idiomas aqui trazidos para análise contrastiva, na próxima seção, afunilaremos a temática proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Semelhanças e dessemelhanças fonológicas entre o português e o espanhol

Em virtude dos fatos supracitados, sabe-se que o português e o espanhol são línguas muito parecidas em relação às questões históricas e à localização geográfica, quando surgiram juntas, e à proveniência de uma mesma língua-mãe. Entretanto, não é só isso. Suas similaridades também são marcadas no aspecto fonológico, assim como suas distinções. Por isso, faz-se necessária uma análise contrastiva acerca de ambas.

Sáez *et al.* (2002, p. 98) demonstram, neste trecho, a importância de se aplicar o método contrastivo nessa análise linguística:

La lengua, ya lo hemos dicho, no es más que un inventario de diferencias articulado en distintos niveles. La consecución del inventario de unidades mínimas no significativas y de sus diferencias es el objeto de la fonología. El concepto de diferencia conlleva el de oposición. Sabemos que dos cosas son distintas porque situándolas una frente a la otra resaltan cualidades distintas. Lingüísticamente sucede lo mismo. La única forma de saber si dos sustancias fónicas concretas, obtenidas mediante medios fonéticos, conllevan diferencias lingüísticas (diferencias de significado), es enfrentándolas, oponiéndolas. Este concepto de oposición es, quizás, el primero y más importante de la fonología, pero su importancia atraviesa todos y cada uno de campos de la lingüística⁵.

A característica mais perceptível distintivamente entre o português e o espanhol é a utilização das vogais médias abertas. Atualmente, com as modificações fonológicas do espanhol, existem cinco fonemas, visto que não há distinção entre essas vogais – / ε/ e / ə/. Ao invés disso, havia uma ditongação no latim vulgar quando essas vogais médias abertas eram tônicas. A pronúncia das vogais *e* e *o* como abertas não apresentam distinções fonéticas, como é o caso do português em: *forma/fôrma*, *posso/poço*, *avó/avô*, dentre outras (Campello, 2012).

O português, ao contrário do espanhol, que só possui cinco fonemas e é um idioma “fechado”, apresenta 12 fonemas e é um idioma “aberto”, ou seja, a grande maioria de suas vogais tendem a ser vocalicamente abertas (Santos, [s.d.]). Em espanhol, o som da vogal nunca alterará o sentido da palavra, diferentemente do português (Martins, 2019).

Para melhor compreendermos algumas dessas aproximações e afastamentos, ato seguido, mostramos como elas se dão nos ditongos e nos hiatos e como influenciam o ensino

⁵ A língua, como já dissemos, nada mais é do que um inventário de diferenças articuladas em diferentes níveis. A realização do inventário de unidades mínimas não significantes e suas diferenças é o objeto da Fonologia. O conceito de diferença implica o de oposição. Sabemos que duas coisas são diferentes porque colocá-las uma na frente da outra, destacam-se qualidades diferentes. Linguisticamente acontece o mesmo. A única maneira de saber se duas substâncias fônicas específicas, obtidas por meios fonéticos, acarretam diferenças linguísticas (diferenças de significado), é confrontando-as, opondo-as. Esse conceito de oposição é, talvez, o primeiro e mais importante da Fonologia, mas sua importância atravessa todo e qualquer campo da Linguística (Tradução nossa).

do português para falantes do espanhol.

3.2 Ditongos

À luz de Campello (2012), no latim clássico, havia três ditongos: *æ*, *au* e *œ*, os quais eram reduzidos em vogais simples. Em português, *æ* ocorre como fenômeno da monotongação, enquanto no espanhol, ocorre como fenômeno da ditongação (para **ie**):

Português: cego / Espanhol: ciego

Em português, *au* continua como ditongação (geralmente como **ou**), e, em espanhol, como monotongação, exceto em palavras eruditas – palavras que mantêm a mesma origem, formação ou morfologia de sua forma clássica –, e semieruditas – palavras que ingressaram na língua por via erudita, mas que acabaram caindo no falar popular, resultando em modificações –, como, a saber:

Português: touro / Espanhol: toro

Português: ouro / Espanhol: oro

3.3 Hiatos

Na Língua Portuguesa, nota-se uma repulsa, na maioria das vezes, pela utilização dos hiatos. Já na Língua Espanhola, há maior flexibilidade nesse sentido. Entretanto, ambas possuem recursos linguísticos para evitá-los (Campello, 2012). Em alguns aspectos, como na questão da fonética consonantal, tornam-se bem mais perceptíveis as diferenças entre o português e o espanhol (Campello, 2012, p. 6):

Um desses aspectos é a **fricativa labiodental sonora /v/**: Não existe no espanhol europeu o fonema /v/ do português. Esse fonema representa-se graficamente por *b* ou *v* apenas por critérios etimológicos, uma vez que a pronúncia é de /b/ para ambas as grafias.

Há exceções para a regra, como é o caso do espanhol falado no México, por exemplo, onde o fonema /v/ é tal como para nós, falantes do português. Os espanhóis emitem tanto o som de *v* quanto o de *b*, a depender da região, quando se trata de palavras que iniciam com a consoante *v*:

Português: vamos > Espanhol: vamos – bamos

Na Língua Espanhola, admitem-se as duas formas para um mesmo significado, enquanto

na Língua Portuguesa, as palavras que se iniciam com uma consoante jamais admitirão mais de um significado, caso haja a mudança de som para outra consoante: “[...] Mesmo assim, no castelhano padrão da Espanha, pode sempre haver dúvidas: Z ou C? B ou V? G ou J? [...]” (Bagno, 2015, p. 81).

São por esses aspectos, dentre outros, que um falante do português tem mais facilidade para aprender o espanhol do que o contrário. Essas questões reverberam na forma de se ensinar o nosso vernáculo aos falantes da Língua Espanhola, como veremos a seguir.

3.4 Implicações das diferenças fonológicas no ensino do português para hispânicos

Nos últimos anos, estamos lidando com questões de imigração abundante em várias regiões do país, principalmente em espaços de fronteiras, citando, *verbi gratia*, o caso dos venezuelanos (que têm como uma de suas línguas oficiais o espanhol), que a partir de uma crise econômica e política em seu país, têm migrado para o Brasil.

Em sua chegada às novas terras, deparam-se com uma nova realidade e com o enfrentamento de uma nova língua sem o preparo necessário para dominá-la, pois como sabemos, a última grande imigração que recebemos foi na metade do século passado, no ciclo do café, especialmente no Sudeste.

Quando desses ciclos, os imigrantes que recebemos eram europeus e asiáticos, em sua maioria, e tinham características em comum: eram pobres que estavam escapando da miséria, da fome, dos conflitos bélicos e da morte em seus países. Visavam apenas poder aportar no Brasil, que vendia uma imagem de prosperidade em ascensão no exterior, e fazer riqueza (tal como tem sido sempre em nossos ciclos econômicos).

Lembremos que o Brasil e as demais ex-colônias latino-americanas, tal como nos explica Faraco (2019), em geral, foram de exploração por parte da Metrópole (Portugal e Espanha), enquanto as da América do Norte (Canadá e Estados Unidos) foram de povoamento por parte das suas respectivas Metrôpoles/Coroas (Inglaterra e França).

Voltando aos nossos imigrantes vindos majoritariamente do “Velho Mundo” durante o Ciclo da Borracha e o Ciclo do Café, ávidos por fazerem daqui os seus novos lares, estabelecendo descendência e produzindo riqueza para si e para os seus, questões como o ensino básico de português para estrangeiros utilizarem-no como segunda língua não era uma preocupação naqueles idos.

Quando da grande onda de imigrantes que aqui chegaram, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais – o primeiro estado, a sede do Governo Federal da época; os dois últimos, os que mais receberam estrangeiros para trabalhar nas fazendas de café quando

deste ciclo econômico –, não se tinha a necessidade de se letrar minimamente a maioria daqueles estrangeiros com a nossa língua, bastando apenas que aqueles que fossem trabalhar com a borracha e com o café entendessem as ordens que se lhes davam. Em contrapartida, reforçamos, o mesmo se dava do outro lado desta relação: aos que aqui chegavam, interessava-lhes apenas entender o básico para trabalhar e serem entendidos. Como vinham em grupos, dentro deles, entre si, falavam as suas línguas vernáculas.

Além disso, naquele tempo, o método de ensino de idiomas em voga era o Método Prussiano ou o Método da Gramática e Tradução (1840-1940), que era ensinado na língua materna do alunado e visava apenas a decifração da língua-alvo para leitura e escrita nela (Faraco, 2019). A escuta e a fala não eram contempladas nesse sistema porque a comunicação falada somente tornou-se uma demanda imperante durante a II Guerra Mundial, quando métodos e abordagens focadas na conversação revolucionaram o sistema de ensino de línguas estrangeiras modernas.

Além do que, o português não é um idioma que pode ser classificado como imprescindível no aprendizado para outras culturas, visto que não tem tanta importância geopolítica no cenário global se comparado a línguas como o inglês, o mandarim e o espanhol, e é por esse motivo que falhamos tanto no compartilhamento de conhecimento acerca da nossa língua materna para pessoas estrangeiras, especificamente, conforme nosso escopo, para as que falam espanhol desde o berço.

Sem embargo, segundo Rodrigues (1966, p. 9-10), em tempos mais próximos a nós,

Num país em que é intensa a imigração (embora já não o seja tanto quanto no século passado e na primeira metade deste século) e em que se absorvem muitos técnicos estrangeiros, é de grande importância social o ensino da língua vernácula a estrangeiros. A problemática básica desse ensino é a mesma do ensino de qualquer língua estrangeira. Não se trata, como no ensino da língua materna, de fazer com que o aluno aprenda uma variante, mais ou menos diferenciada, do sistema de comunicação a que se habituou em casa, às vezes ainda não totalmente dominado; trata-se, sim, de fazer com que uma pessoa já com hábitos bem arraigados em sua língua materna adquira, em adição a esses, todo um novo conjunto de hábitos linguísticos, em geral muito diferentes. [...].

Perante essa nova realidade, a alta demanda migratória exige que pensemos sobre como nossos patrícios irão proceder diante desse novo desafio. Cada vez mais, recebemos estrangeiros para aqui estudar, morar e trabalhar. Faz-se necessária a implementação de novas formas de ensinar o nosso vernáculo, respeitando sempre os contrastes culturais e as idiosincrasias dos aprendentes.

De acordo com Coan e Pontes (2013), a importância da Língua Espanhola no cenário

global e regional também se demonstra pelo seu papel como língua de comunicação internacional e oficial em diversos países e organizações. Como bem salientado pelos autores, no Brasil, políticas como a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, tornou obrigatória a oferta do espanhol no Ensino Médio das escolas públicas e particulares, o que contribuiu para a ampliação do ensino desse idioma e uma maior familiaridade dos brasileiros com as similaridades entre a Língua Espanhola e a nossa *lingua mater*.

Um fator que estimulou essa demanda foi a implantação do Mercosul – em 26 de março de 1991, em Assunção, no Paraguai –, que proporcionou uma grande expansão no uso da Língua Espanhola em nosso país, aumentando, conseqüentemente, a necessidade de professores e materiais didáticos para atender a esse novo cenário de nativos brasileiros aprendendo o espanhol como segunda língua. Essa perspectiva demonstra a ligação entre a relevância internacional do espanhol e a sua aplicação no contexto educacional brasileiro, salientando o impacto de políticas públicas e econômicas na valorização dos domínios de outras línguas.

Não obstante, o ensino do português para falantes do espanhol ainda não recebe a devida atenção, uma vez que as dinâmicas migratórias ou de aprendizado da língua não geram um impacto tão significativo na vida dos brasileiros. Essa realidade explica a falta de incentivos e do reconhecimento de que essa é uma lacuna do ensino a ser trabalhada. É fundamental que assim como foram implementadas políticas educacionais para o ensino do espanhol no Brasil, sejam desenvolvidos incentivos e leis que atendam a essa necessidade crescente, especialmente nas regiões mais afetadas pela demanda migratória – como Norte, Centro-Oeste e Sul –, que fazem fronteira com países de Língua Espanhola. E reiteramos: como recebemos muitos turistas e imigrantes de fala hispânica, é necessário que haja um ensino da Língua Portuguesa exclusivo para pessoas hispanofalantes, visto que, apesar das muitas semelhanças entre ambos os idiomas, há também diversas diferenças ortográficas entre eles e, sobretudo, fonológicas.

Além dos estudantes, os professores de Língua Portuguesa como segunda língua também enfrentam grandes obstáculos para a introdução de uma didática diferenciada, e, não raras vezes, não estão preparados adequadamente para exercer o papel de docentes desse público específico. Enfatizamos, portanto, que, no cenário atual, é de extrema importância que existam professores com formação adequada (seja inicial ou continuada) para ensinar aos falantes do espanhol a nossa língua nativa, assim como é indispensável pensar em uma metodologia que contemple todos os segmentos necessários para a obtenção dessa língua secundária por parte de hispanofalantes sem tantas dificuldades.

Em termos mais atuais e à guisa de exemplo, a supracitada Venezuela é um dos países da América Latina onde ocorre uma forte insatisfação político-econômica, tornando-se

necessário o estabelecimento de muitos venezuelanos alhures – e o Brasil tem sido um polo aglutinador tanto de pessoas desse país andino como de outros – andinos ou não. Por conseguinte, para auxiliar os imigrantes em sua comunicação quando fixam residência aqui, é preciso que sejam utilizados os estudos fonológicos já existentes e mencionados anteriormente para facilitar o acesso à nossa língua a esses que são agora parte de uma parcela importante da nossa sociedade.

Devem ser produzidos materiais didáticos que observem essas diferenças e semelhanças fonológicas entre as duas línguas irmãs para revertê-las em benefício dos usuários do português em formação; materiais eficazes, munidos de estratégias contrastivas entre os dois idiomas com a finalidade de serem colocados em prática, da melhor forma, na adição dessa segunda língua – a nossa. Com essa intenção, Rodrigues (1966, p. 10) afirma:

[...] Para bem organizar um programa de ensino de língua estrangeira, deve-se explorar da melhor maneira os paralelismos e os contrastes que existem entre as duas estruturas lingüísticas em confronto, a fim de fazer o aluno avançar com segurança no que há de semelhante e adquirir o que há de diferente de modo bem controlado, reduzindo-se ao mínimo o risco, sempre presente, de interferência da estrutura da língua materna na estrutura da língua que está sendo aprendida. A organização de bons materiais e bons programas para o ensino de português a pessoas cuja língua materna é outra pressupõe, portanto, seguro conhecimento da estrutura do português, a par de conhecimento comparável da estrutura da língua materna do aluno [...].

Desse modo, a necessidade premente desses materiais didáticos, que considerem as necessidades especiais dos falantes que já têm uma primeira língua latina bem estabelecida, visa adotar uma estratégia didática contrastiva que permita ao aprendiz transitar com segurança entre as duas línguas, mitigando as interferências entre elas.

Coan e Pontes (2013) também abordam a relevância do ensino das variantes linguísticas no contexto da Sociolinguística e destacam, de maneira interdisciplinar, como a variação linguística do espanhol reflete dinâmicas sociais, culturais e identitárias. A análise dos autores parte do princípio sociolinguístico evidenciado por Mollica (2007) de que as línguas são inerentemente dinâmicas e heterogêneas, reforçando a importância de contextualizar o ensino de idiomas além das estruturas normativas.

Com o português funciona da mesma forma, visto que é necessário possuir um conhecimento abrangente sobre as diferenças culturais do Brasil, especialmente no ensino do português para falantes de outras línguas. Ensinar o nosso vernáculo utilizando exclusivamente a norma culta não é eficaz devido à grande diversidade linguística que apresentamos internamente por fazermos parte de um país colossal, populoso e que amalgama distintas

culturas. Essa pluralidade influencia significativamente no uso do idioma.

Nas redes sociais, observa-se o impacto de influenciadores estrangeiros que, ao explorarem o português aqui falado, produzem conteúdos destacando as discrepâncias entre o português normativo que aprenderam em cursos livres, por exemplo, e as variações linguísticas que encontram na prática cotidiana. Essas experiências revelam formas distintas de se falar e usar a língua, refletindo nossa riqueza cultural e linguística.

Portanto, é essencial distinguir e ensinar as variações do português, uma língua rica e normativamente complexa. Tal ensino deve considerar o embate entre a norma culta e as múltiplas realidades do português falado, moldadas pela extensão territorial do Brasil e pela vascularização sociolinguística. O ensino dessas variações e a utilização delas nos inúmeros contextos sociais são fundamentais para que o aluno possa se comunicar de maneira mais efetiva nas diferentes regiões do Brasil e nas mais diversas situações.

Um ponto central da análise de Coan e Pontes (2013) é a observação de que ignorar as variantes linguísticas limita o aprendizado ao estudo normativo, desconsiderando os usos concretos da língua. Ensinar apenas uma norma desvaloriza a riqueza dos usos cotidianos e culturais. Mencional também a divisão em zonas linguísticas, proposta por Moreno Fernández e Rama, que organiza o espanhol em regiões como Caribe, Andes e Rio da Prata. Essa segmentação didática serve como ferramenta pedagógica para compreender a multiplicidade de variantes fonológicas, morfossintáticas e semântico-lexicais, respeitando as especificidades locais.

Ainda segundo Coan e Pontes (2013), desconsiderar a língua do contexto social acarreta, na escola, um mero estudo de estruturas normativas, prescindindo dos usos linguísticos concretos. Ambos os autores defendem o ensino crítico e contextualizado, que prioriza a diversidade linguística como ferramenta essencial para a compreensão cultural. Dessa forma, o ensino de línguas transcende a norma padrão, reconhecendo as variações que refletem a identidade e a complexidade das comunidades falantes.

Nesse sentido, consoante Bagno (2015), como o ensino da Língua Portuguesa sempre se baseou na norma gramatical literária de Portugal, as regras aprendidas na escola, em boa parte, não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos em nosso país. Essa discrepância gera o fortalecimento da crença de que o “português é muito difícil”. O linguista brasileiro enfatiza que a língua tem sido empobrecida a partir do momento em que “saber português” se torna ter a detenção de um mero conceito ou nomenclatura gramatical em vez de praticar o uso legítimo da língua.

Em um contexto global de intensificação das dinâmicas migratórias e da diversidade

linguística, o desenvolvimento de programas e materiais pensados para falantes do espanhol não apenas facilita a aquisição do português, mas também favorece uma integração cultural mais inclusiva e acolhedora para o aprendizado da Língua Portuguesa nesse novo contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou analisar algumas convergências e divergências entre o português e o espanhol, ressaltando aspectos culturais, históricos e fonológicos. Diante dessa análise contrastiva, foi possível perceber as raízes históricas de ambas as línguas, que se assemelham nas suas origens, destacando-se a língua-mãe de ambas: o latim. Embora apresentem essa similaridade histórica, foram se desenvolvendo, ao longo do tempo, de maneiras distintas, se desvinculando uma da outra, o que resultou em uma maior discrepância fonológica entre elas.

Identificamos que o espanhol tem, como uma forte característica, um cunho “fechado” na estrutura vocálica da língua. O português, por sua vez, apresenta, em sua estrutura vocálica, um cunho mais “aberto”. Exemplos disso são, a saber: a diferença na utilização do hiato, os fenômenos da monotongação e da ditongação e as pronúncias das vogais médias abertas.

As diferenças fonológicas implicam diretamente no ensino do português como segunda língua direcionada a pessoas nativas do espanhol, especialmente os migrantes que aqui chegam. Assim, é necessário que o ensino do português como segunda língua seja realizado se adequando, de maneira correta, às necessidades dos estrangeiros que a estão aprendendo.

Para que ocorra uma melhor adaptação e simplificação no ensino-aprendizagem desses indivíduos, a preparação de materiais didáticos específicos é imprescindível, a fim de focar mais meticulosamente nas particularidades históricas, culturais e linguísticas do português e do espanhol, colocando-os em contraste. Isso permitirá um ensino-aprendizagem mais eficaz e proporcionará uma melhor comunicação para as pessoas de origem hispânica nessa língua-alvo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

CAMPELLO, G. C. Análise contrastiva do português e do espanhol: aspectos fonético-fonológicos. 9 f. **Apontamentos de Aula da Disciplina Filologia Românica II**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: Campello. 2012. Análise Contrastiva PB EE.pdf. Acesso em: 9 nov. 2024.

COAN, M.; PONTES, V. O. Variedades linguísticas e ensino de Espanhol no Brasil. **Revista Trama**. v. 9, n. 18, p. 179-191, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/8252/6079>. Acesso em: 23 nov. 2024.

COUTINHO, I. de L. **Gramática Histórica**. São Cristóvão-RJ: Editora Ao Livro Técnico, 1976.

FARACO, C. A. **História do Português**. Linguística para o Ensino Superior, v. 3. São Paulo: Editora Parábola, 2019.

MARTINS, E. Vogais em espanhol: Som aberto ou fechado?. **Habla**, 2019. Disponível em: <https://dumarti.com/habla/vogais-em-espanhol-som-aberto-ou-fechado/>. Acesso em: 9 nov. 2024.

MOREIRA, R. B. T. P. O Separatismo na Catalunha Analisado sob a Ótica da “Concepção Política de Justiça” de John Rawls. **NUPED**, v. 1, p. 23-24, jul., 2020.

RODRIGUES, A. Tarefas da Lingüística no Brasil. Estudos Lingüísticos. **Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 4-15, jul., 1966. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/rodrigues_1966_tarefas. Acesso em: 8 nov. 2024.

SÁEZ, F. T.; VÁZQUEZ, A. G.; MARTÍNEZ, P. C.; CASAS, E. C. **Nociones de fonética y fonología para la práctica educativa**. Granada: Grupo Editorial Universitario, 2002. Disponível em: https://fernandotrujillo.es/wp-content/uploads/2010/05/libro_fonetica.pdf. Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTOS, D. A pronúncia das vogais abertas e fechadas no espanhol. **Fórum de Idiomas**. Disponível em: A pronúncia das vogais abertas e fechadas no Espanhol - Dicas de Espanhol. Acesso em: 9 nov. 2024.